

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 355, DE 2024

Institui a campanha permanente de combate à aporofobia nas escolas públicas e privadas de todos os Estado do Brasil e dá outras providências.

Autor: Deputado REIMONT

Relatora: Deputada TABATA AMARAL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 355, de 2024, tem por objetivo instituir campanha permanente de combate à aporofobia nas escolas públicas e privadas.

O art. 1º, parágrafo único, define aporofobia como a aversão, a rejeição, o medo, a hostilidade, o desprezo ou o ódio às pessoas por sua condição de pobreza ou de miserabilidade.

O art. 2º define como objetivos da campanha permanente:

I – a conscientização dos alunos e de toda a comunidade escolar sobre a aporofobia;

II – o enfrentamento da aporofobia pelos alunos e por toda a comunidade escolar das escolas públicas e privadas; e

III – a disseminação de informações sobre os danos causados através de comportamentos aporofóbicos às pessoas em situações de vulnerabilidade social.

O art. 3º define as seguintes ações da referida campanha permanente no âmbito das escolas:



- a realização de campanhas educativas de informação, conscientização e combate à aporofobia;
- a divulgação de vídeos ou reprodução de áudios com conteúdo de combate à aporofobia, folhetos informativos, cartilhas e anúncios no sistema de som das escolas, sites e redes sociais quando disporem desses mecanismos ou quaisquer outras formas de comunicação;
- a divulgação de canais de denúncia de aporofobia, através de cartazes permanentes, afixados de forma visível ao público das escolas e da comunidade escolar;
- a promoção de ações destinadas a formação continuada dos profissionais da educação das escolas para reconhecer e combater práticas aporofóbicas; e
- o desenvolvimento de ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, amor, empatia, ética e solidariedade entre os grupos sociais, de modo a resguardar a observância dos direitos humanos.

A matéria encontra-se distribuída à Comissão de Educação (CEC), para exame de mérito; à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para parecer terminativo sobre adequação financeira ou orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para parecer terminativo de constitucionalidade e juridicidade. Tramita sob regime ordinário.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto institui campanha permanente, nas escolas públicas e privadas, de combate à aporofobia, definida como a rejeição, o medo, a hostilidade, o desprezo ou o ódio às pessoas por sua condição de pobreza ou de miserabilidade.



Dentre as ações a serem cumpridas pela campanha permanente encontram-se a realização de campanhas educativas de informação e conscientização; a divulgação de vídeos ou reprodução de áudios com conteúdo de combate à aporofobia; a formação continuada dos profissionais da educação das escolas; o desenvolvimento de ações educativas para a formação de cultura de respeito, amor, empatia, ética e solidariedade entre os grupos sociais, de modo a resguardar a observância dos direitos humanos.

A aporofobia é mazela que encontra nos territórios com profunda desigualdade social e desinformação ambiente propício para prosperar. Desenvolve-se por meio de intenso preconceito que associa a pobreza a risco e perigo, bem como intolerância ao que se apresenta como diferente em um cenário de grandes desigualdades. Uma das importantes políticas para combater esse sentimento e as ações que se desenrolam a partir dessa crença é a educação. Explicar e conscientizar as pessoas sobre a problemática da desigualdade no país, desenvolver empatia em relação ao que é diferente e explicar os princípios democráticos que garantem a todos os mesmos direitos e deveres, é função da educação, na sua missão de propor um desenvolvimento integral do ser humano.

Sem prejuízo do mérito, o projeto de lei necessita de alguns reparos. No lugar de uma campanha permanente, a matéria será melhor encaminhada na área educacional por meio da inclusão do combate à aporofobia como tema transversal obrigatório, complementando-se o teor vigente do art. 26, §9º, da LDB, para o seguinte:

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência, inclusive a aporofobia, contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

Os temas transversais compreendem assuntos contemporâneos presentes em diversas áreas do conhecimento e que são relevantes para a compreensão do mundo atual. Esse ajuste não causa



nenhuma perda à proposta original. Implicará na produção e distribuição de material didático e conseqüentemente à formação docente para sua condução.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 355, de 2024, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada TABATA AMARAL
Relatora



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 355, DE 2024

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o combate à aporofobia como tema transversal nos currículos da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo incluir na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o combate à aporofobia como tema transversal nos currículos da educação básica.

Art. 2º O § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher, inclusive a aporofobia, serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada TABATA AMARAL
Relatora

